



09 de março de 2022

**Tema – AtlasRio - Atlas do Patrimônio Urbano da Área Central do Rio de Janeiro**

**Palestrante – Andréa da Rosa Sampaio e Guilherme Meirelles Mesquita de Mattos**

## CONSELHO ESTRATÉGICO DE INFORMAÇÕES DA CIDADE

Ata da reunião de março de 2022

Nesta data, reuniu-se por convocação do presidente em exercício do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP), o Conselho Estratégico de Informações da Cidade (CEIC), órgão colegiado da estrutura do IPP, de acordo com a Lei 2.689, de 01 de dezembro de 1998, com a seguinte pauta:

### **AtlasRio - Atlas do Patrimônio Urbano da Área Central do Rio de Janeiro**

O encontro foi realizado de maneira presencial, no auditório do Instituto Pereira Passos. Foram respeitados os protocolos de segurança para a manutenção da saúde dos participantes, como distanciamento entre as cadeiras, uso de máscaras e álcool em gel. O Diretor-Executivo do IPP, Carlos Krykhtine iniciou a reunião, explicando o tema do encontro e sua importância.

**Carlos Krykhtine:** “Eles vão falar aqui do atlas rio, uma exposição que a gente divulgou no final do ano, realizada no Centro Cultural dos Correios. É um trabalho muito interessante, que usou muito material da prefeitura, tanto aqui do Instituto Pereira Passos, quanto da Secretaria de Planejamento Urbano e tem um foco na área central. É um produto independente deles, mas está vinculado ao Data.Rio, pela característica de interesse. Isso é muito bom porque a gente tem a academia produzindo uma série de produtos interessantes, como também as outras instituições, que sempre tem coisas muito boas do Rio de Janeiro, para instigar à visitação desses produtos e o consumo dos dados públicos”.

Em seguida, a palavra foi passada para a Professora Doutora Andréa da Rosa Sampaio e para o pós-doutorando Guilherme Meirelles Mesquita de Mattos, ambos da Universidade Federal Fluminense e idealizadores do aplicativo AtlasRio. A professora saudou a todos e iniciou sua apresentação.

- O nascimento do aplicativo se deu através de um projeto de pesquisa homônimo coordenado pela professora doutora Andréa da Rosa Sampaio desde 2013. O projeto, na realidade, foi um desdobramento de seu projeto antecessor, “Normas Urbanísticas e Patrimônio Cultural: Cartografias da Área Urbana Central do Rio de Janeiro” (2008-2012);

**Andréa da Rosa Sampaio:** “A partir de 2013, esse projeto foi sendo desenvolvido de uma maneira muito enxuta, com somente um bolsista de iniciação científica e ele parte da ideia de que a cidade contemporânea é histórica. Então, a gente quer entender o processo urbano e, particularmente, essa inter-relação da abordagem do patrimônio cultural com os projetos urbanísticos. Só entendendo a trajetória e, a partir dos projetos urbanísticos, a gente começa fazer uma verdadeira arqueologia digital, digamos assim, dessa trajetória urbanística da cidade”.

- A cartografia é um instrumento metodológico de análise e síntese. Não é só resultado, mas também instrumento para investigação e representação do projeto;

- Em 2019, a professora passou a supervisionar o projeto de pesquisa “Entre a Preservação e a Renovação Urbana: A Dimensão Urbanística da Salvaguarda do Patrimônio Cultural na Área Central da Cidade do Rio de Janeiro” (2019-atual), do pesquisador de Pós-Doutorado Dr. Guilherme Meirelles Mesquita de Mattos;

**Andréa da Rosa Sampaio:** “Com esta convergência, eu pensei: temos muito material no photoshop e em tabelinhas separadamente. Então, propus ao Guilherme se ele topava o desafio de trabalhar com geoprocessamento. Ele aceitou o desafio e vocês vão ver que ele é o mentor dessa parte operacional do nosso aplicativo, mas naquele momento ele não sabia operar o ArcGis.

A professora passa a palavra para o pesquisador de Pós-Doutorado Dr. Guilherme Meirelles Mesquita de Mattos. A partir desse momento, a apresentação passa a ser alternada entre os dois participantes.

- Para fazer a interpretação da trajetória urbanística e patrimonial da Área Central carioca e para articular as pesquisas, foram utilizadas ferramentas de geoprocessamento, como a plataforma SIG (Sistemas de Informação Geográfica);

**Guilherme Mattos:** “Como a Andréa falou, nós tínhamos muitas planilhas, tabelinhas, muito material coletado de cartografia... Todas as informações que nós tínhamos foram agora incorporadas dentro dessa plataforma SIG, onde tudo está associado a um ponto na superfície terrestre, que pode ser visualizado através de uma base cartográfica. Mas, para nós, a maior contribuição que o SIG teve foi justamente essa possibilidade de incorporar essas plantas e essas cartografias digitalizadas à plataforma em um processo de georreferenciamento das bases”.

- A utilização do SIG permitiu que os diversos materiais coletados pelos pesquisadores em projetos anteriores e em bases de dados da Prefeitura do Rio, cada um com sua escala e orientação, fossem equiparados a partir de uma única base comum;

- Nessa articulação entre as pesquisas foram definidos alguns recortes. Em relação ao objeto, o foco foi estudar os bens tombados. No caso do Rio de Janeiro, existem tombamentos em 3 esferas: federal, através do IPHAN; estadual, pelo INEPAC e municipal, pelo Instituto Rio Patrimônio da Humanidade;

- Quanto ao recorte temporal, foi decidido trabalhar desde os primeiros tombamentos realizados pelo SPHAN, anterior ao IPHAN, em 1938, até os dias atuais;

- Em termos de recorte espacial, está sendo trabalhada a área Central/Carioca, com um recorte mais preciso para a Área de Planejamento 1, com algumas subtrações e adições com base no objeto definido;

- A maior parte dos tombamentos da área da pesquisa são da esfera municipal;

**Guilherme Mattos:** “Estamos trabalhando com bens tombados, só é tombado, exatamente, porque tem um valor excepcional. Como a gente vê que valor excepcional é esse? A gente consegue ver essa discussão dentro do processo de tombamento. Então, era importante para nossa pesquisa ter consultas a esse material. Fizemos consulta a esses acervos dos órgãos de tutela federal, estadual e municipal, fazendo registros desses processos. Esse material ajudou muito na produção da nossa pesquisa”.

- Juntando os processos de tombamento e o material cartográfico coletado, foi produzido um banco de dados na plataforma SIG sobre os bens tombados e os projetos urbanísticos, incorporando patrimônio cultural, projetos urbanos e a forma urbana;

- Os bens tombados estão registrados por meio de polígono no mapa e os projetos urbanos estão referenciados, juntamente com as bases cadastrais. As bases cadastrais registram a forma urbana executada e os projetos urbanísticos registram as intenções do projeto;

- O banco de dados foi criado pelo software da ArcGis, o mesmo utilizado pelo Instituto Pereira Passos, exatamente pela facilidade de publicação e disponibilização online do material produzido, além da possibilidade de articulação com outros pesquisadores e com órgãos públicos. Também dava acesso a ferramentas de produção de aplicativos web pré-configuráveis, o que permitiu a produção de um aplicativo próprio;

- Em 2020, o projeto ganhou uma bolsa de graduação de Inovação Tecnológica pela Universidade Federal Fluminense, passando a ter 2 bolsistas auxiliando nas pesquisas;

- Com a pandemia, as pesquisas passaram a ser realizadas online;

- Foi integrado um acervo de matérias jornalísticas e de fotografias históricas sobre os projetos urbanísticos e bens tombados publicados nos periódicos;

**Andréa da Rosa Sampaio:** “Nós estamos trabalhando com o ArcGis, então temos uma limitação na forma de expor as informações, em função da operacionalidade do aplicativo. Há uma ideia de fazer um site que tenha uma interface mais amigável pelo menos para a abertura, antes do acesso ao ArcGis. Em 2019 recebemos a proposta de incorporar o aplicativo ao Data.Rio, o que foi contemplado e somos, de fato, muito honrados com essa realização porque ampliou muito a

difusão”.

Os palestrantes passam a apresentar as funcionalidade do aplicativo web, acessível no link a seguir: <https://www.data.rio/apps/PCRJ::atlasrio-atlas-do-patrim%C3%B4nio-urbano-da-%C3%A1rea-central-do-rio-de-janeiro/explore>

- No menu “Camadas de Informação”, onde ficam as informações patrimoniais históricas contidas no banco de dados. Os bens tombados são apresentados como camadas, que podem ser ligadas ou não, de acordo com a necessidade do usuário. As camadas possuem diferenciação entre as esferas de tombamento através de cores;

**Guilherme Mattos:** “Uma coisa que é importante é o modo, que nós optamos, de apresentar e identificar esses bens tombados no mapa. A gente não queria só pontuar, indicar onde está o bem tombado, mas sim entender qual o impacto e compreender a extensão desse tombamento na configuração urbana. É o diferencial do atlas, porque não é só uma questão de identificar o bem tombado e sim de entender esse processo de transformação de forma articulada”.

- Para cada bem tombado, é possível clicar nos itens da camadas, que abrem com fotografias, informações de endereço, esfera de tombamento, ano do processo, valores de tombamento e os efeitos urbanísticos do tombamento;

**Guilherme Mattos:** “Uma coisa que é importante na minha investigação, é entender, justamente, os efeitos urbanísticos desse tombamento. Então, para cada bem tombado a gente fez uma consulta nos processos urbanísticos para ver quais os Projetos de Alinhamento (PAA) estavam vigentes na época da proteção. Se a proteção interferia no projeto vigente ou não tinha nenhum impacto. Se tinha algum impacto, a gente anotava indicava qual esse Projeto de Alinhamento (PAA)”.

- No mapa, também é possível visualizar os bens por década de tombamento, o que ajuda a entender o processo de salvaguarda histórica;  
- Outro modo de classificação são os bens com tombamento cancelado, onde é possível perceber a questão da demolição em função dos Projetos de Alinhamento (PAA) determinados;

**Andréa da Rosa Sampaio:** “Nós achamos importante esses casos de destombamento, como ficou conhecido o cancelamento dos tombamentos. Temos alguns que estão marcados, não são muitos. Duas igrejas foram demolidas na Presidente Vargas, o Campo de Santana também teve o tombamento federal cancelado porque precisou ser cortado uma parte. Só foi tombado novamente no final dos anos 90, por aí, anos 2000, em que foi tombado novamente pelo IPHAN. Também temos os bens com tombamento indeferido, o que é bom para entender os interesses difusos que estão em jogo quando se faz um processo de tombamento”.

- Foi criada uma camada com os Projetos Aprovados de Alinhamento (PAA) e os Projetos Aprovados de Loteamento (PAL) que possuem interferência nos bens tombados da região pesquisada;  
- É possível habilitar as camadas com as Bases Cadastrais e Fotografias Aéreas cedidas pelo Instituto Pereira Passos, em alta qualidade, onde é possível visualizar os lotes e as edificações;  
- Com o aplicativo, é possível fazer diversas análises sobre os bens históricos e sua correlação com os projetos urbanos, ao habilitar as diferentes camadas;  
- Como citado anteriormente, também foram elaborados bancos de dados complementares: Fotografias Históricas; Notícias de Jornais e Revistas; e, por último, Narrativas Dinâmicas;

**Guilherme Mattos:** “Outro trabalho que desenvolvemos, com base no projeto de pós-doutorado, são as Narrativas Dinâmicas, que vão explicar um pouco desses embates e diálogos dessas forças de preservação e renovação da área central. Essas narrativas são produzidas com Story Maps, do ArcGis Online, que permite o desenvolvimento de textos multimídia, articulando imagens, mapas dinâmicos e volumetrias. Nós temos uma narrativa que já está publicada, que é sobre a

Norte-Sul.”.

- As atualizações das bases cedidas pelo IPP (1935 e 1975) já foram iniciadas, e a substituição do cadastro 61/63 está em processo de início pela equipe pesquisadora e em breve estará disponível na plataforma;

**Andréa da Rosa Sampaio:** “A gente também pretende, foi até uma sugestão do Fernando Cavaleri, que quando navegou no aplicativo sentiu falta de informação específica sobre os bens tombados. De fato, como a finalidade do aplicativo não era essa, até porque já existem diversos guias de bens tombados que tem informação. Mas, por outro lado, a gente tem isso mapeado. Então, acabamos fazendo uma síntese sobre esses bens e vimos que isso seria bem-vindo. Só que tem uma operacionalidade complexa, em função das restrições do formato do aplicativo. Então, quando acabarmos a substituição dessas bases que estavam com má qualidade, vamos passar para essa fase. De muitos ainda não temos informação, é uma ordem de grandeza de quase 400 bens tombados. Então, teríamos que fazer para cada um desses. E, ainda temos o site que queremos fazer”.

- Através do fomento do Edital Prêmio FUNARTE Artes Visuais 2020 – 2021, a exposição “Um Rio de Patrimônios: Permanências e Transformações da Cidade do Rio de Janeiro”, foi realizada como um desdobramento do projeto de pesquisa. A exposição foi iniciada em São Paulo, como exigência do Edital do prêmio, e depois foi realizada no Centro Cultural dos Correios, no Rio;

**Andréa da Rosa Sampaio:** “A gente trabalhou os primórdios da preservação, ou seja, que cidade era essa, com o módulo Permanências: construindo a Cidade e seus Patrimônios, depois os Percursos: um passeio pelo Patrimônio Cultural Carioca, mostrando que o patrimônio está inserido no cotidiano e o módulo Transformações: desvendando as camadas históricas da Preservação. A exposição também tem um aplicativo próprio”.

- Como desdobramento da pesquisa, em paralelo ao projeto do atlas, a professora Andréa Rosa Sampaio trabalha desde 2018 no Projeto Patrimônio Cultural e Habitação - Perspectivas Comparadas sobre Reabilitação Urbana, com apoio do programa Jovem Cientista do Nosso Estado, da FAPERJ, que estuda o caso do Rio de Janeiro, além de casos internacionais;

- Para o Rio, o interesse é urbanístico, em manter esse patrimônio vivo, sustentável e que está no cotidiano. A ideia é montar uma matriz de referência sobre essas experiências estudadas;

- É importante para dar visibilidade aos casos porque há uma lacuna, tanto em termos de programas habitacionais, como em termos de propostas para reabilitação;

**Andréa da Rosa Sampaio:** “Em síntese, a ideia da nossa proposta é a compreensão do processo urbano, a partir da documentação para potência alisar a reflexão e também proposições para reabilitação urbana. Reflexões acadêmicas, mas também que possam ser úteis para o corpo técnico e para os gestores”.

Ao finalizar a apresentação, os palestrantes agradeceram o espaço de fala. Logo após, o diretor-executivo do IPP, Carlos Krykhtine abriu o espaço para comentários e perguntas dos conselheiros.

**Fernando Cavaleri:** “Eu fui à exposição, até muito atraído por esse título “Um Rio de Patrimônios”. Fiquei impressionado de como era bonita a exposição, de como tinha coisa interessante ali, aquilo foi dando um sentimento bom pra mim. Fiquei mais satisfeito ainda quando eu vi que existia o aplicativo e que ele estava no nosso Data.Rio, aqui do IPP. Comecei a navegar quando cheguei em casa, achei ótimo e uma experiência muito interessante. Depois que eu dei essa e algumas outras sugestões, que além de você ver a fotografia e todos aqueles dados técnicos sobre o bem tombado, você ter um pequeno histórico ali. Isso pra quem gosta da cidade, pra quem vive a cidade é uma informação que não tem preço. Estar toda reunida ali à disposição do usuário. eu acho que, além dessa riqueza do ponto de vista técnico e científico de análise, que é uma quantidade imensa de informações, de cruzamentos e de possibilidades, que vocês

mostraram aqui pra gente rapidamente, tem esse aspecto, que eu achei muito interessante, de que a gente pode explorar mais. Esse tipo de contato com os bens tombados, aumenta o sentimento de pertencimento à cidade, pelo menos foi isso que ficou no meu coração e mente. Achei um presente que vocês dão à cidade também nesse aspecto, além de toda importância técnica-científica que tem. Estão de parabéns. Espero que esse trabalho se estenda para o resto da cidade. Eu dei essa sugestão também: Atlas.Rio, acho que empobrece um pouco, poderia ser Atlas Patrimônio Rio para firmar essa marca”.

**Guilherme Mattos:** “O título da pesquisa é gigante. E eu não consigo colocar no ArcGis porque ele tem uma limitação”.

**Andréa da Rosa Sampaio:** “Essa foi uma boa sugestão, mas nós temos algumas limitações da ferramenta. Então, acho que quando fizermos um site, a gente consegue ter uma entrada, para dali ir para o aplicativo”.

**Guilherme Mattos:** “Quando a gente criou o banco de dados, a gente tinha uma coluna de descrição. Ela não foi preenchida, porque seria necessário mergulhar em cada bem tombado e fazer uma síntese daquilo para caber nos 249 caracteres permitidos. Para mim é um desafio monstruoso, mas vamos tentar. Porque realmente é algo que faz falta”.

**Daniel Mancebo:** “Parabéns pelo trabalho. Eu não conhecia, conheci quando o IPP enviou previamente, por conta da reunião do Conselho e a gente viajou no link e foi, assim, uma coisa impressionante. Eu como planejador da cidade, funcionário da prefeitura há muitos anos, fiquei realmente muito surpreso e muito feliz de ver uma iniciativa acadêmica, mas com uma grande interface com o poder público. Isso é super louvável e importante para a cidade. Eu acho que a complexidade que vocês mostraram foi muito incrível porque traz a perspectiva. Já é difícil hoje você fazer uma leitura dos elementos que a cidade já tem. Trazer perspectiva histórica, de uma forma tão bem estruturada metodologicamente como vocês fizeram é incrível. Tenho três pontos: primeiro endossar essa sugestão do Cavalieri, de ser feita uma expansão para outras áreas da cidade. Essa questão das leituras dos PAs, por exemplo, traz uma riqueza da análise da cidade, que é importantíssima. Eu fico pensando, quando a gente olha para iniciativas como o metrô, mas como a gente olha para iniciativas mais recentes, como a Transcarioca, a Transolímpica e outras grandes intervenções urbanas mais recentes, mas que também transformaram muito partes importantes da cidade. Imagino o grande desafio que seria isso. O segundo ponto é: eu acho que seria interessante se essa exposição fosse fixa. Imagino a super dificuldade também disso, mas acho que é um super legado para a cidade. Claro, tem a possibilidade de ela ser móvel, ótimo. Mas, se ela puder ser fixa em algum momento, seria incrível. O terceiro ponto é uma questão mais específica dessa última análise que vocês ainda estão fazendo, eu vi que vocês tem uma leitura da cidade do ponto de vista das vilas, dos conjuntos operários e etc. Eu queria entender, com um pouco mais de detalhe, como vocês estão fazendo essa delimitação desses elementos. Pelo que eu entendi, também está limitada a questão histórica, queria entender um pouco melhor sobre isso”.

**Andréa da Rosa Sampaio:** “Essa é uma outra pesquisa, que estou fazendo em paralelo. E, na verdade, a gente está trabalhando com bens protegidos. A gente sabe que tem um universo muito maior de vilas operárias, principalmente em bairros do subúrbio que não estão contempladas com proteção. Como o universo já era grande, a gente teve que se ater aos bens protegidos. Só que não tem assim, além de alguns casos mais óbvios, você tem que ficar lá procurando em uma lista de tombamentos e de preservação o que é e o que não é. Então, a gente fez um filtro e tem coisas que a gente ainda tem que entender, dar uma olhada no projeto... Uma coisa são as vilas operárias fabris, de empresas, outra coisa foram as vilas para arrendamento, que a iniciativa privada que fez. mas, aquilo também era um tipo da habitação popular, então também vai nos interessar nos que estão protegidos. A gente está querendo mostrar que esse universo também é patrimônio e, principalmente, porque há o interesse em entender se há o reconhecimento por parte dos moradores do imóvel da área ao sentimento de pertencimento por aquilo ser patrimônio. ou se está morando ali porque é perto, mais barato... Como a gente vai fazer isso? A ideia era ter feito oficinas com moradores, isso estava programado para 2019. houve uma série de problemas, ficou

para 2020. então, a gente está reformulando, felizmente a FAPERJ prorrogou o prazo de execução do projeto. Tenho recursos disponíveis para fazer esse projeto. Mas, não é exatamente histórico, e sim ser protegido. Claro que é imbricado. Então, a gente está trabalhando para nesse reconhecimento, do que desses bens protegidos tem essa tipologia, foi construído para habitação popular. Claro que muita coisa foi demolida. O Centro era para ser o centro de negócios da capital, não era para habitação popular. Então, muita coisa foi arrasada dentro desse contexto dos projetos modernistas. Estamos fazendo esse garimpo, agora precisamos refinar e isso está dando um certo trabalho. A equipe é pequena e eu fiquei fazendo outras coisas, como essa exposição. Agora esse ano temos que trabalhar. Eu acho que a ideia é ter uma publicação e também on-line. Estamos abertos a sugestões já que essa coisa do Centro entrou em pauta, vindo ao encontro dessa ideia de reabilitar a área central”.

**Claudio Stenner:** “Primeiro, parabéns pelo trabalho, eu achei muito interessante e acho que é muito feliz tratar a área central do Rio de Janeiro com essa pegada de trajetória territorial, porque talvez seja uma das áreas em que o território mais se transformou ao longo do século XX e as diversas formas foram ganhando outras funções ao longo do tempo, formas foram substituídas... Compreender a área central do Rio de Janeiro precisa desse olhar, então é muito feliz essa escolha de metodologia que vocês trabalharam. E o olhar analítico a partir do território, como você colocou no início, os mapas não servem só para mostrar resultados, mas proporcionam uma forma de análise, a partir que você integra elementos e consegue identificar relações e processos que sem isso não seria possível. Ele é resultado sim, mas também uma ferramenta analítica poderosíssima. Eu vejo duas vertentes diferentes: uma analítica, que dá origem ao projeto como um todo. Mas, vocês construíram uma infraestrutura de informação que permite e potencializa que muitos outros trabalhos sejam feitos. Imagina o trabalho que um pesquisador teria de juntar Projetos de Alinhamento, georreferenciar, colocar no espaço... É muito trabalhoso e custoso produzir uma nova informação e vocês já facilitaram muito esse trabalho. Eu não posso deixar de reforçar a provocação de vocês expandirem para o município inteiro. Vou falar uma provocação para a prefeitura também: se não o trabalho de pesquisa, propriamente dito, mas a parte de infraestrutura, por exemplo ter os PAs georreferenciados, é um trabalho que a própria prefeitura pudesse fazer. Seria uma infraestrutura de informação muito importante, para facilitar futuros trabalhos como esse. Parabéns, mais uma vez, pelo trabalho”

**Henrique Costa Fonseca:** “Andréa foi minha professora na UFF. A Andréia e o Guilherme procuraram o IRPH há alguns anos atrás, em 2019, com a proposta desse trabalho, pedindo nossa ajuda. Também, com duras penas, nós montamos nosso banco de dados. Eu imagino que o Guilherme passou por muito do que eu passei, que também comecei a montar nosso banco de dados sem saber nada sobre ArcGis. E fui aprender tudo, montamos nosso banco de dados, mas nosso foco era, sempre foi, a cidade inteira. Foi um trabalho gigantesco, muito mais focado na informação específica do que um instrumento. Vocês criaram um instrumento de pesquisa e análise fantástico. Eu ainda não tinha visto pronto, é a primeira vez, essa aplicação, para o IRPH, é um instrumento poderoso de trabalho. Eu tenho certeza que nós vamos usar isso lá. Eu até queria aproveitar a oportunidade de convidar vocês, se não for exaustivo demais, de repetir essa apresentação para a equipe do IRPH. Vai nos ajudar muito. Por exemplo: nós estamos trabalhando, com a SMPU, na revisão de alguns PALs impactados por proteção no Centro. Tá tudo aí. Esse aplicativo para fazer justificativa, análise, defesa de patrimônio cultural é fantástico. Estou surpreso, feliz e impressionado com o trabalho. E, claro, como todo mundo, não posso deixar de reforçar, é importante para a cidade inteira. Na Tijuca, por exemplo, os projetos impactaram muito na questão das fábricas, das vilas operárias. Esse trabalho para a Tijuca seria impressionante”.

**Andréa da Rosa Sampaio:** “Sobre as vilas operárias é uma coisa que a gente pode conversar porque eu quero entrar nesses temas. Eu acabo trabalhando outras áreas, orientando trabalhos de alunos. Algumas informações temos dificuldade de conseguir. Se pudéssemos fazer algum tipo de interface ou parceria seria ótimo”.

**Daniel Mancebo:** Só um acréscimo que eu acho interessante: agora vem uma onda importante para a área do Centro de pensar novas propostas. Lá no Escritório de Planejamento, a gente vem coordenando um trabalho que é o distrito neutro, na verdade, um distrito de baixa emissão de carbono, que fica na área do Reviver Centro. A gente está pensando em novas propostas relativas à, por exemplo, edificações sustentáveis, de maior eficiência energética e outras ações de sustentabilidade. Eu não sei se a pergunta seria para vocês, mas também para o IPP: a gente teria muito interesse em acessar essas bases, cruzar com informações do projeto que a gente já tem. Se a gente consegue acessar via SIURB...”

**Guilherme Mattos:** “Tudo que está publicado no Atlas.Rio, na verdade, está no ArcGis. Você não precisa nem ter conta. Dá para entrar nas bases, nos PAs, só buscar no ArcGis. Eu fiz um trabalho de recadastrar, colocar tag, descrição...”

**Felipe Mandarino:** “Isso se integra perfeitamente com o SIURB. A gente podia avaliar, e até para o Data.Rio. O aplicativo está linkado no Data.Rio, o que é maravilhoso. O Data.Rio também hospeda bases de dados, então se vocês tiverem interesse em disponibilizar alguma base de dados que compõe o Atlas.Rio no portal de dados da prefeitura, a gente pode linkar diretamente”.

**Fernanda Furtado:** “Na última apresentação, em que foi mostrado aquele mapa com os vazios onde poderia ter habitação popular, poderia casar com esse, que ainda não está pronto, mas poderia *dar um samba* bem interessante”.

**Andréa da Rosa Sampaio:** “Eu posso dizer que o atlas já está adolescente. Agora eu preciso me dedicar a esse outro que tem já muita informação, mas ainda precisa passar um pente fino para entender melhor. A gente só tem os processos de bens tombados no Centro, não temos no restante da cidade. Estamos sem equipe para fazer essa pesquisa agora”.

Não havendo mais considerações dos conselheiros, o diretor-executivo do IPP, Carlos Krykhtine, deu as considerações finais, agradeceu aos presentes e encerrou a reunião do Conselho Estratégico.

A Assessoria de Comunicação tomou notas e elaborou esta Ata, que será assinada pelos conselheiros presentes. Eventuais correções serão encaminhadas pelos conselheiros e constarão da ata da próxima reunião do Conselho.